

Apavora pela crise do país a reação agita o avião fantasma do comunismo

Está se alastrando, em todo o país, a histeria do "anti-comunismo" lacerada. Parece que as altas camadas da burguesia brasileira, as oligarquias de latifundiários, os reatados imperialistas e alguns militares retrógrados, que sonham com o predomínio de uma casta de privilegiados, estão apavorados ante a perspectiva do avanço das esquerdas no Brasil. O Partido Comunista, todos o sabem, está enfraquecido, está cheio de problemas internos insuperáveis; com

a sua campanha da legalidade não quer saber de mais nada com revoluções. Não está em condições de fazer nada de sério no Brasil atualmente.

A plutocracia brasileira, os generais, brigadeiros e almirantes de mentalidade retrógrada — o grupinho do esquema Heck-Lacerda — sabem muito bem disso. No entanto, vivem a apontar a cada instante o fantasma comunista, que estaria ameaçando destruir a

Pátria brasileira, devorar criancinhas, fuzilar todos os cidadãos democratas, acabar com a religião, etc.

É a velha chantagem que as classes capitalistas aprenderam com Hitler, Mussolini e MacCarthy. O que há, no Brasil, é uma profunda crise econômico-social, decorrente de sua estrutura de país sub-desenvolvido, dirigido por elites econômicas e políticas agarradas a privilégios e interesses de

classe e, por isso mesmo, incapazes de qualquer solução para os problemas cruciais da Nação, na atual conjuntura.

Essa elite, falsa elite, incapaz e apodrecida na moleza dos privilégios, das negociações, do lucro fácil e fantástico, dos restos de bilhete recebidos dos trustes imperialistas, sente-se ameaçada pela surda rebelião do povo contra esse insustentável estado de coisas. Sente que tal situação favorece o movi-

mento e o desenvolvimento das esquerdas, porque o povo vai tomando consciência, instintivamente, de que só as soluções preconizadas pelos movimentos de esquerda podem abrir perspectivas de solução.

Sentem que o PTB se encaminha para esse tipo de soluções, que o PSB cresce, que surgem grupos de esquerda dentro do PDC; que líderes políticos saídos de diversos partidos, como Mauro Borges do PSD de Goiás e Gabriel Passos (da UDN de Minas) tomam posições de esquerda.

Dal a histeria anticomunista, voltada a jato contínuo pelos grandes pasquins da reação, empenhados em uma das mais sérias mistificações de que tem notícia a história da propaganda jornalística em nosso país.

Mas a chantagem não encontra ambiente. O povo brasileiro já está bastante amadurecido politicamente. Já aprendeu a distinguir a gente "do lado de lá", que financia essa campanha e que com ela procura esconder a sua própria miséria moral e covardia cívica ante a Nação que se agita em procura de dias melhores.

FOLHA SOCIALISTA

Editado pela Comissão Executiva Regional de São Paulo do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
Redação: Pça. Carlos Gomes, 109 - Tels.: 33-9284 e 36-7825 - Diretor Responsável: Antonio Costa Corrêa - Cr\$ 5,00

ANO XIII

NOVEMBRO DE 1961

NUMERO 111

Situação Internacional e Posição Socialista

Deverá reunir-se no próximo dia 25 de novembro, a Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Provavelmente, constará da pauta dos trabalhos uma definição dos socialistas brasileiros em face da atual situação política internacional, uma vez que definições dessa ordem não são necessárias, não só para orientação dos membros do Partido, mas ainda como contribuição deste à solução dos problemas que afligem a humanidade, na hora presente. Por isso, vamos tratar desde agora, para contribuir às discussões que positivamente serão realizadas na reunião máxima dos socialistas brasileiros.

A definição política do Partido Socialista, em face da situação internacional deve significar, antes de mais nada, a política externa que seria adotada pelo Estado brasileiro, na atual conjuntura, se os socialistas fossem levados ao poder. Por isso, há uma relação estreita entre a definição dos socialistas, tanto em face da situação internacional quanto em face dos problemas nacionais, uma vez que não se pode dissociar política externa da política interna de qualquer país.

Para os partidos nitidamente conservadores, representativos dos interesses das classes dominantes, em nosso país, não há grandes problemas quanto ao pensamento político. A posição certa será o alinhamento do Brasil no chamado bloco ocidental ou do "mundo livre", segundo as diretrizes de Washington, em oposição ao bloco soviético.

Os Estados Unidos representam para os agrupamentos conservadores a defesa da livre iniciativa capitalista e os princípios da burguesia e dos remanescentes da aristocracia, em escala mundial. Logo, a posição natural dos partidos fundados no interesse das classes dominantes, da "livre empresa", da propriedade privada da terra e dos meios de produção, será o reforço do bloco ocidental sob a liderança dos Estados Unidos.

Para o Partido Comunista também não há grandes problemas na definição de um pensamento político. O bloco soviético representa o conjunto das nações socialistas, todos o que estiverem fora desse bloco nada tem a haver com o socialismo ou uma política socialista. Portanto, a definição de uma política externa justa para o Brasil se resumirá ao alinhamento nas diretrizes antiimperialistas e anticapitalistas do bloco soviético.

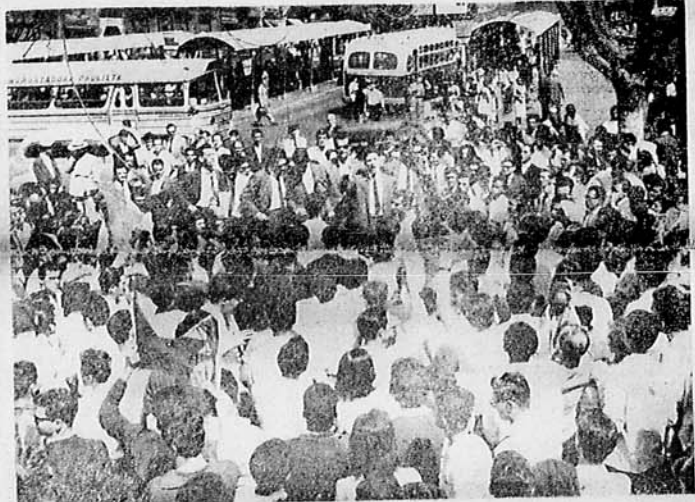
Mas, para o Partido Socialista, a definição é mais complexa. Embora o principal inimigo da nação brasileira seja o imperialismo norte-americano, que nos oprime economicamente e serve de sustentáculo aos séres civis e militares mais reacionários da nossa sociedade, os socialistas não aceitam a União Soviética, a China Continental ou qualquer outra nação do bloco soviético, como "modelo socialista", nem a política externa dessas nações como modelo do "socialismo socialista". Por isso, a luta dos socialistas brasileiros contra o imperialismo em geral e contra o imperialismo norte-americano em particular e seus aliados nacionais, não implica em endosso de tudo quanto se faz e se diz em matéria de política externa, no bloco so-

viético. Aliás, a política externa dos países do bloco soviético hoje já não tem mais aquela homogeneidade monolítica de antes, pois há divergências profundas de orientação entre dirigentes soviéticos e chineses, de modo que nem mesmo os comunistas estão seguros quanto ao modelo de uma política externa socialista.

Uma orientação socialista de política externa aplicada ao Brasil, teria, a nosso ver, dois objetivos essenciais: um de sentido geral, visando uma contribuição do Brasil, como nação de grande expressão geográfica e demográfica, para a eliminação da guerra, do colonialismo, da exploração econômica de uma nação por outra e outros fatores de miséria, sofrimento e conflitos, no conjunto das relações internacionais; outro, de caráter restrito, visando o favorecimento das condições internas de nosso país, no sentido de sua emancipação econômica e cultural do desenvolvimento de suas forças produtivas e das energias criadoras do povo brasileiro.

No que diz respeito aos objetivos amplos de uma política socialista há que colocar, em primeiro plano, a defesa da paz e a eliminação dos riscos de guerra entre as nações. Nesse sentido, devemos ser contrários à política de "blocos" de potências, cercadas de nações caudatárias. Temos de repelir o equívoco que se pretende impor, de opção entre o chamado "bloco ocidental" ou "mundo livre" e o "bloco socialista". Essa divisão do mundo em dois grandes blocos antagonísticos tende a levar a uma guerra mundial de inconcebível efeito destruidor, e é a responsável pela vertiginosa corrida armamentista que se observa presentemente, desviando, para fins de destruição, incalculáveis riquezas que poderiam ser empregadas na solução dos problemas da fome, da miséria, da doença e outros males que atingem dezenas de milhões de séres humanos em todo o mundo.

(Continua na pág. 2)



AQUI COMEÇOU A RESISTÊNCIA — No mesmo dia em que os três ministros militares do governo anterior emitiram o famigerado "pronunciamento" contra a posse do legítimo sucessor da cadeira presidencial, desferindo o golpe contra a constituição, a juventude de São Paulo, como a dos outros Estados, levantou sua voz de repulsa e manifestou sua firme decisão de impedir a consumação do atentado. No clichê, fragmento da prolesta manifestação pública contra o golpe, realizada em São Paulo, na Praça da Sé, vendendo, ao centro, quando dirigia a palavra ao povo, o companheiro socialista José Carneiro, membro do Diretorio Municipal do P.S.B.

Reforma da Constituição Federal

A QUESTÃO DAS DESAPROPRIAÇÕES

Em recente pronunciamento, em Belém, o presidente João Goulart declarou que a Constituição Federal deve ser modificada em vários pontos, a fim de permitir a execução de reformas básicas de que a Nação necessita urgentemente. Entre as reformas necessárias, citou, especificamente, a que diz respeito às desapropriações.

Nada mais justo e oportuno que o pronunciamento do sr. João Goulart. O problema das desapropriações

Este dispositivo constitucional representa um atraso de mais de cinquenta anos, sobre a Carta Constitucional outorgada pelo sr. Getúlio Vargas, por ocasião do golpe de 10 de novembro de 1954, na

qual se estabeleceu, como limite para o valor dos bens expropriados, aquele que fosse fixado anteriormente para efeitos fiscais, e não se cogitava da indenização "prévia", nem "em dinheiro". E sabido, aliás,

que, quando a Assembléia Constituinte elaborou a atual Constituição, após a queda da ditadura, em 1945, um dos pontos em que se travou surda batalha entre os constituintes foi o da redação do artigo 141, § 16, relativo às desapropriações. Venceu, na elaboração do texto, a corrente reacionária, representando os interesses dos latifundiários e dos trustes imperialistas que exploram serviços públicos no Brasil.

A elaboração do texto foi um dos mais sérios golpes desferidos contra a intervenção do Estado na ordem econômica, que é uma necessidade vital para os países sub-desenvolvidos até mesmo uma condição de sobrevivência nacional, (Continua na pág. 2)

"BIBLIOTECA PROFESSOR PICAROLO"

Foi instalada na sede do P.S.B. em São Paulo, a biblioteca constituída pelos livros doados ao Partido Socialista Brasileiro pela viúva do Professor Antonio Picarolo, veterano socialista italiano que viveu aqui em São Paulo, onde faleceu, em 1954. A biblioteca, composta de grande quantidade de livros sobre os mais variados assuntos, especialmente de sociologia e política, está assegurada a todos os membros do Partido Socialista e conservará, como patrono, o nome daquele saudoso veterano das lutas socialistas, que deixou, em São Paulo, largo círculo de admiradores e amigos.

Emenda parlamentarista aprovada pelo Congresso

Folha Socialista

ANO XIII NOVEMBRO DE 1961 N.º 111

Notas Políticas

OS PEQUENOS PARTIDOS "DE CARIMBO"

Em recente programa de televisão, na Guanabara, o sr. Amaral Peixoto, presidente do P.S.B., declarou ser favorável a uma reforma eleitoral, com a supressão dos pequenos partidos políticos, exceto aqueles que têm programas definidos e diferenciados dos demais. O Legislativo, declarou o sr. Amaral Peixoto que no Brasil deveriam existir apenas três ou quatro dos grandes partidos atuais (P.S.D., U.D.N., P.T.B. e possivelmente, o P.D.C.), e aqueles pequenos partidos diferenciados por seu programa. Entre estes, citou o Partido Libertador, que se distingue por uma defesa perlinz e intrínseca do regime parlamentarista, e o Partido Socialista Brasileiro, que tem programa de esquerda.

Estamos de acordo com o sr. Amaral Peixoto, no tocante à necessidade de supressão dos chamados pequenos partidos, sem expressão programática própria. E agradecemos a referência ao Partido Socialista Brasileiro, quando reconhece que este tem conteúdo ideológico e programático diferenciado dos demais. Entendemos que é necessário acabar com os partidos "de carimbo" (P.S.T., P.R.T., P.T.N., etc.) que só representam uma legenda guardada no bolso de alguns cidadãos ambiciosos de poder, para ser utilizada em época de eleições, propiciando oportunidades a aventureiros e carreiristas de todos os matizes. Mas não concordamos em que a supressão desses partidos se faça através de leis ou decisões judiciais baseadas no exame de programas partidários. Os partidos sem conteúdo ideológico e programático terão de desaparecer, naturalmente, através de um processo de seleção, na medida em que o povo for educando-se politicamente, tomando consciência do funcionamento de um sistema democrático pluripartidário, com várias correntes de opinião definidas em partidos diversos. O Legislativo ou o Judiciário não podem ser levados à posição de árbitros dos programas partidários que são "diferentes" entre si e devem permanecer. O povo, diretamente, acabará fazendo a diferenciação, julgando os partidos. E, não há dúvida que com isso se liquidarão alguns dos partidos "de carimbo" que por aí andam servindo de escada a raiças e aventureiros. E é possível, também, que alguns dos chamados "grandes partidos" atuais acabe desaparecendo, pelo vazio de conteúdo e pela contradição do povo, que clama por gente mais arrejada e atualizada nos órgãos do Estado...

MAIS UMA LEGENDA

E por falar em partidos "de carimbo", lembramos-nos do novo partido organizado pelo sr. Fernando Ferrari, o Partido Trabalhista Renovador. Pífio e confuso o programa do novo partido. Nenhuma definição precisa sobre o papel do Estado e sobre os problemas cruciais da nossa ordem econômica e social. Traseologia vasia, tirada do arsenal de fórmulas burguesas e dos textos já vigorantes em nossa Constituição. Cheira a mediocridade e cavalação eleitoral. Com isso, o novo partido não vai renovar o trabalhismo nem fazer coisa alguma de sério. Vai ser apenas mais uma legenda guardada no bolso do sr. Ferrari e dos seus "cumplices" espalhados pelos Estados, servindo a piaceregens eleitorais. E, com todos os partidos "de carimbo", acabará desaparecendo, no processo natural de seleção democrática.

PARLAMENTARISMO

Depois que se instituiu o dileto cargo entre nós os deputados controlam os ministros. E quem controla os deputados? Estes, em sua maioria, continuam desempenhando fiel mal seu mandato quanto antes. Eletos pelo dinheiro, pretendem continuar se reelegendo do mesmo modo.

O mandato passa a ser um investimento de capital, bastante arriscado antes das eleições. Depois se recupera o principal, com alguns lucros. Deste jeito não adianta subordinar o governo aos "representantes do povo". O único resultado foi "valorizar" o voto dos deputados: aumenta o lucro sobre o capital investido. Vamos aguardar o dezmare de milhões no próximo pleito...

Que tal se, ao lado da adoção do parlamentarismo, se moralizasse o processo eleitoral? Se se encerrasse o processo dos membros parlamentares e se os eleitores pudessem substituir o deputado que não lhes merecesse mais a confiança, como os deputados fazem com os ministros, isto não seria a complementação natural do novo regime? Esperamos que os que se preocupam com a elaboração das chamadas leis complementares considerem a nossa sugestão.

Convenção Nacional do P. S. B.

Terão início no próximo dia 25 de novembro, sábado, no Rio de Janeiro, os trabalhos da Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro. A Convenção destina-se principalmente a eleger o novo Diretório Nacional do Partido, com mandato por dois anos. De conformidade com o aviso expedido pela Comissão Executiva Nacional, poderão ser incluídos na ordem do dia quaisquer assuntos previstos no artigo 17 dos estatutos do Partido. A Comissão Executiva Regional de São Paulo sugeriu que na Convenção Nacional sejam discutidos os seguintes assuntos: a) Situação política da Convenção Executiva Nacional; b) Situação política internacional; c) Situação política nacional.

A Convenção Nacional compor-se-á dos delegados eleitos pelas Convenções Regionais. De conformidade com o regime interno já aprovado em Convenção anterior, serão designadas comissões de cinco membros para cada assunto constante da ordem do dia. Cada orador só poderá falar dez minutos sobre cada assunto e o relator poderá duas vezes. A discussão sobre qualquer assunto poderá ser encerrada, após a manifestação de dois oradores a favor e dois contra, mediante requerimento de qualquer delegado e deliberação do plenário. O presidente da Convenção resolverá os casos omissos no regulamento interno, com recurso para o plenário, desde que suscitado por 1/4 dos delegados.

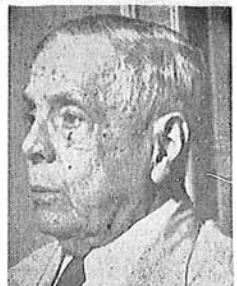
Em extensa entrevista publicada no "Diário de Notícias" de 5 de novembro último, João Mangabeira, presidente do Partido Socialista Brasileiro, analisou detidamente, sob o aspecto jurídico e político, a emenda parlamentarista aprovada de afogadinho no Congresso, no curso da última crise causada pela tentativa golpista subsequente à renúncia de Janio. Demonstrou o presidente do P.S.B., notoriamente uma das grandes autoridades em matéria de Direito Constitucional, no Brasil, que aquela emenda é uma aberração jurídica e política, que se pretendeu enxertar no texto da Constituição de 1946. O que o Congresso fez, na realidade, foi uma nova Constituição, porque criou um novo órgão do Poder Executivo — o Conselho de Ministros, contrariando todo o sistema que vem expresso logo no artigo primeiro: "Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido". afirmou o companheiro João Mangabeira, que os deputados e senadores não dispunham de poderes para restringir os poderes do Presidente da República, diretamente delegados pelo povo. A facilidade conferida, pela Constituição de ser o seu texto modificado pelo Congresso não vai ao ponto de permitir mudança do sistema. Há normas que não são expressas no texto constitucional mas que devem ser respeitadas. Assim, por exemplo, não pode o Congresso suprimir um dos poderes do Estado, ou torná-los subordinados uns dos outros, embora isso não esteja expresso na Constituição, porque uma modificação dessa ordem alteraria totalmente o sistema de estruturação do Estado.

Lembrou o presidente do P.S.B., ainda, que a emenda constitucional foi votada de forma legal, sem o intervalo necessário entre duas sessões, e além disso, aprovada sob estado de sítio. "A vigência do estado de sítio é uma coisa e não uma questão de fato — salientou. Era vigente o estado de sítio em quase todo o Brasil, com as garantias constitucionais suspensas. E, o fato que todos os brasileiros conhecem é, também, do conhecimento do estrangeiro. Mas, a emenda se processou e foi votada sob a vigência do estado de sítio; votou-se com violação brutal da Constituição, que proíbe a sua reforma na vigência do estado de sítio."

"Em suma, o Ato Adicional — é um golpe de Estado análogo ao de 10 de Novembro de 1937 — o plano ainda João Mangabeira. O golpe de Estado não é privativo do Poder Executivo". Cita, a seguir, exemplos históricos de golpes de Estado autênticos, desferidos por órgãos legislativos.

Falando sobre presidencialismo e parlamentarismo, o presidente do P.S.B. declarou que as formas de governo não tinham interesse fundamental para o País. "Parlamentarismo ou presidencialismo, por si próprios pouco valem". E concluiu, de modo categórico: — "Penso que em vez de plebiscito, melhor seria que os novos dep. e senadores fossem convocados para uma Assembleia com poder constituinte, expostos ao povo os pontos em que a Constituição precisa ser reformada. Há emendas muito mais importantes do que parlamentarismo ou presidencialismo e sem as quais grandes reformas de base não poderão ser feitas. Penso, igualmente,

que, neste momento todas as forças anti-reacionárias devem convergir-se para a reação já se articulou. Só os cegos não vêem."



JOÃO MANGABEIRA — Presidente do P.S.B.

Problemas de Organização

Desde sua fundação, o Partido enfrenta dois grandes problemas: o organizatório e o ideológico.

Estas duas questões têm-se refletido sobre a linha e a conduta partidária desde 1946, e têm tido relação direta com as sucessivas crises partidaristas.

A consistência ideológica do Partido só será alcançada quando a prática corresponder à teoria revolucionária expressa, não só no programa como nos documentos, mas, isto só terá sentido quando o Partido se organizar na base, em níveis e com objetivos claros quanto à condução do processo revolucionário brasileiro.

O que se tem verificado na história do Partido é a necessidade de uma consciência socialista autêntica, e o exercício de uma auto-crítica permanente visando a correção dos erros de análise e de interpretação da realidade. Por outro lado, torna-se evidente que o Partido deve dinamizar sua atuação nos movimentos reivindicatórios e de massas, bem como dentro das associações e organizações populares.

Tudo isso está indicando que é chegado o momento de se pro-

ver radical transformação nos métodos e processos de ação partidária. É preciso que os dirigentes e membros do Partido tomem em suas mãos essa grande instrumentação de transformações sociais que o país está a exigir, colocando-a dentro do plano histórico que as lutas sociais lhe atribuíram.

É inevitável que o povo e os trabalhadores possuem inúmeras formas e instrumentos de organização, sindicatos, cooperativas, associações de bairros, etc., mas a única forma de organização política é o Partido.

A primeira medida visando a reformulação partidária e sua dinamização reside no funcionamento normal das atividades administrativas e burocráticas. Deve ser feito um planejamento a longo prazo uma atuação política consequente, rompendo-se com a concepção superada de que uma linha política está condicionada aos "azares" de eventuais alterações nos grupos de pressão que funcionavam dentro e fora do Partido, cuja ação nada tinha a ver com o socialismo, e sim com os grupos e sub-grupos das

(Continua na pág. 2)

22º Congresso do PCUS

O vigésimo segundo Congresso deu, até certo ponto, a medida das profundas transformações que se processam atualmente na União Soviética. O novo programa e os novos estatutos aprovados no referido Congresso atestam o esforço que está sendo realizado no sentido de uma adaptação às profundas transformações econômicas, políticas e sociais que se processam no país nos últimos anos. Em ambos os documentos vemos claramente a enorme pressão que a sociedade soviética está exercendo no sentido de obter uma elevação cada vez maior do nível de vida e uma democratização das relações políticas e sociais.

Os debates que se travaram no Congresso não foram, entretanto, francos e completos. As polémicas se travaram em grande parte contra um adversário ausente e invisível. A sua presença se fazia sentir fora do recinto do Congresso. A exclusão da Albânia e a retirada do representante do Partido Comunista Chinês, que se recusaram a concluí-lo, provaram que o monolitismo e o totalitarismo já permeiam o passado. Este fato, sem dúvida auspicioso, embora explorado pela reação como sinal de debilidade grave no campo socialista, permite prever no processo de desenvolvimento futuro a influência das peculiaridades locais e temporais de cada povo que se encaixam para a construção de uma nova sociedade.

Os dois grandes temas focalizados foram a coexistência pacífica e a destalinização. O clima criado pelas numerosas explosões nucle-

res, inclusive a da superbomba de 50 ou mais megatons, fez surgir dúvidas sobre a sinceridade das declarações dos dirigentes soviéticos. As explosões atômicas não representaram uma contribuição à luta dos povos contra a guerra. A União Soviética dispôs de outros meios mais eficazes de demonstrar ao mundo a sua disposição inabalável de defender as conquistas da revolução socialista contra uma eventual agressão do imperialismo e da sua solidariedade aos povos subdesenvolvidos em luta contra o colonialismo.

A nova análise contra o stalinismo que culminou com a retirada dos despojos do ditador do mausoléu da Praça Vermelha atesta os anseios democráticos do povo russo e de todo o movimento socialista. A destalinização abriu desta vez folha e areia. Limitou-se a denunciar mais uma série de crimes praticados durante a longa noite de terror stalinista. Falta uma análise mais profunda o compromisso de defender as conquistas da revolução socialista contra uma eventual agressão do imperialismo e da sua solidariedade aos povos subdesenvolvidos em luta contra o colonialismo.

A pecha de traidores e agentes do imperialismo não pode mais pesar sobre homens do porte de Bukharin, Rykov, Trotski, Tomski, Zinoviev, Kameney, Piatnikov e tantos outros que no lado de Lenin tornaram vitoriosos a primeira revolução socialista da qual todos os socialistas do mundo se consideram hoje herdeiros legítimos. O restabelecimento da unidade, longe de empunhar o bricho da revolução e as conquistas do povo soviético nos 44 anos de sua existência, será uma contribuição positiva para o restabelecimento da unidade da classe operária e do movimento socialista em escala mundial, e um passo decisivo na mobilização para a derrota definitiva do colonialismo, imperialismo e capitalismo.

A grande vitalidade da Revolução de Outubro e do regime por ela instituído foi posto a prova mais de uma vez e sempre saiu vitorioso. A revolução e o regime socialista por ela instituído sobreviveram ao terror stalinista, à deformação burocrática e a uma guerra de agressão. Não sobreviveram apenas. Lançaram nas bases sólidas para a edificação da sociedade comunista e asseguraram ao povo soviético progressos imensos no terreno econômico, social e cultural.

A Revolução de Outubro é invenção. Não teme inimigos internos e externos. É patrimônio de toda a humanidade progressista. É exemplo para todos os povos que já seculares de estado imperialista seguem a trilha que conduziu ao socialismo, à democracia e à paz mundial.

F. GIKOYATE